



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , nº 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

“Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Izabel-PA

“We are all relatives”: kinship relations in the Quilombola community of Macapazinho, Santa Izabel-PA

Jamilly Brito Guimarães, Especialista GESAM, UFPA, jamilly.guimaraes19@gmail.com;
Myriam Cyntia Cesar de Oliveira, Doutora, UFPA, myriam@ufpa.br

Resumo

Este trabalho buscou identificar e descrever as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, município de Santa Izabel, Pará. A metodologia utilizada consistiu na análise dos discursos e observações das práticas dos grupos familiares. As informações foram obtidas a partir de entrevistas, com questionários direcionados aos membros das respectivas famílias. Os resultados demonstram que as relações de parentesco presentes nos estabelecimentos familiares pesquisados são imprescindíveis para garantir a reprodução social do modo de vida tanto interno, quanto às atividades cotidianas e do ciclo agrícola dessas famílias, quanto em nível comunitário, onde essas relações se expressam na prática social do mutirão como um fator essencial da união da comunidade. Infere-se que toda ação coletiva, seja no ambiente doméstico ou de uso comum, encontra coesão nas relações de parentesco pautada na reciprocidade dos vínculos humanos construídos no decorrer da vivência diária, sendo esta a principal estrutura organizacional da comunidade.

Palavras-chave

Mutualidade; Consanguinidade; Quilombo;
Ação conjunta.

Abstract

This work aimed to identify and describe kinship relationships in the Quilombola community of Macapazinho, in Santa Izabel, Pará. Research methods included: discourse analysis and observations of families' practices. Information was subsequently obtained from interviews with questionnaires directed toward family members. Results show that the kinship relationships present in families' establishments are essential to guaranteeing the social reproduction of the community's internal way of life, as well as the daily activities and the agricultural cycle of these families. At the community level, where these relationships are expressed in the social practice of the “task force”, they are an essential factor for maintaining community unity. We infer that all collective activities, both in domestic or communal environments, find cohesion in kinship relations based on the reciprocity of human bonds built during daily life, which is the main organizational structure of the community.

Keywords

Mutuality; Consanguinity; Quilombo;
Joint action;

1. Introdução

Comunidades tradicionais são aquelas que apresentam aspectos culturais singulares das demais populações do seu entorno e que se reconhecem como tal. Caracterizam-se por possuírem formas próprias de organização interna e por ocuparem um território ancestral e utilizarem o meio natural com intuito de garantir a sua reprodução social (COSTA FILHO, 2011). Para Sousa e Pezzuti (2017), a categorização do “tradicional” vai além de uma expressão folclórica que transmite a ideia de grupos sociais relativamente isolados. Muito pelo contrário, ela abrange os aspectos relacionados aos valores, regulações internas e o modo de viver que possui cada comunidade tradicional, defendendo o reconhecimento da pluralidade desses grupos.

Inserida nesse contexto estão as comunidades negras rurais, comumente chamadas comunidades quilombolas. Apesar de se constituir em uma categoria relativamente nova no contexto das pesquisas acadêmicas e da própria Constituição Federal, os negros compõem parte essencial da formação social do país, sendo necessário, então, reconhecer a existência de um campesinato negro com uma identidade étnica e um modo de vida particular (MACIEL, 2012).

E no que esse campesinato se difere dos demais? Para começar, uma primeira diferença é na sua própria designação. A ele estão associados os termos “quilombo”¹ e “quilombola” como forma de designar seu território e sua identidade. Outra é que são comunidades que possuem um modo singular de estabelecer relações entre si e com a natureza, utilizando-se de regras não escritas, pensadas e executadas de forma coletiva e que englobam desde o modo como organizam o trabalho (divisão sexual e etária), até a definição das atividades coletivas e dos usos comuns dos elementos do meio natural (SOUZA; PEZZUTI, 2017; OLIVEIRA, 2013).

Além disso, Oliveira (2013) reforça que a construção de valores humanos em torno de um bem comum tem a ver com partilha, de fazer os esforços em pares e as formas em que essas relações se apresentam são direcionadas predominantemente pelas relações de familiares e de parentesco. Tais relações são refletidas nas diferentes esferas da vida (econômica, social, ambiental, habitacional) e conferem a essas pessoas um sentimento

¹ Apesar de já ser relativamente consolidado, o termo quilombo vem ainda passando por processos de transformações em seu conceito com objetivo de melhor representar as realidades presentes nas comunidades negras rurais contemporâneas.

de pertencimento à comunidade, que se expressa em muitos de seus costumes, tais como: as relações matrimoniais, de cooperação, de ajuda mútua, em sua cultura e lazer.

As relações de parentesco, portanto, são fundamentais na constituição e manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais e que até podem chegar a se revestir ou se transformar em relações de troca (não-mercantil), como destaca Sabourin (2011), mas ainda são formas de solidariedade essenciais na dinâmica social de comunidades como a comunidade quilombola de Macapazinho, município de Santa Izabel, constituída principalmente por grupos familiares.

O objetivo deste artigo foi, então, o de se centrar nas relações de parentesco presentes nesta comunidade, buscando identificar e descrever as formas como se apresentam em suas práticas de solidariedade, bem como o papel que desempenham para a manutenção e fortalecimento desse grupo social.

2. Metodologia

Para a pesquisa foi priorizada o uso de uma abordagem metodológica qualitativa, com base em análise de discurso e observação das práticas. Além de observação participante, para a coleta de informações foram realizadas oito entrevistas com famílias residentes em Macapazinho, utilizando-se questionário e conversas informais.

2.1 A área de estudo

A comunidade quilombola de Macapazinho se situa a 15 km da sede do município de Santa Izabel do Pará, no nordeste paraense, às margens da rodovia PA-140. Segundo moradores antigos, a comunidade teve origem a partir de um quilombo que se chamava Manjar dos Santos, localizado às beiras do rio Itá, fundado ainda na época da escravidão. Segundo Friaes (2015), com a abolição da escravatura, o quilombo original se fragmentou e se transformou em duas comunidades-irmãs: Boa Vista do Itá e Santa Luzia (atual Macapazinho).

Como foi fundada próxima ao rio Itá, toda a dinâmica da comunidade era regida por este rio; era ele que comandava a vida de uma maneira geral. Mesmo propício para os cultivos, a distância desse lugar em relação aos centros urbanos impunha às famílias uma nova organização: por exemplo, para chegar ao centro de Santa Izabel era necessário andar cerca de 15 km por trilhas dentro da mata, já para Belém, o percurso incluía andar

5 km por trilhas e mais três dias remando (MORAES, 2012). Tais condições de acesso só mudaram com a construção da PA-140, no final da década de 1990, que possibilitou que a comunidade passasse a ter mais contato com outros municípios, resultando em um maior intercâmbio e venda de mercadorias.

Em termos histórico-fundiários, Macapazinho faz parte do grupo de comunidades negras rurais que se estabeleceram nas áreas adjacentes à Grande Belém e, de acordo com Acevedo e Castro (1999), se por um lado acompanhou de perto a evolução econômica da capital, por outro viu suas áreas agriculturáveis reduzirem gradativamente levando ao processo de cercamento de terras mais intenso registrado no campesinato regional.

Segundo Moraes (2012), os habitantes da comunidade de Macapazinho não impuseram restrições ou resistências ao estabelecimento de novas famílias, fazendeiros ou empresas no local e por ser uma área de posse indefinida, a prática de vender faixas terras do território por alguns dos moradores era bastante comum².

A partir dos anos 1980 e 1990, com o desenvolvimento de trabalhos sobre o campesinato e o reconhecimento de um campesinato negro e com as crescentes mobilizações sociais desses grupos em defesa dos seus direitos, comunidades negras foram instigadas a revisitar suas identidades há muito ocultada. Estimuladas por esse movimento, as famílias da comunidade de Santa Luzia (atual Macapazinho), com o apoio do CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), começou a examinar as memórias dos moradores mais antigos e a buscar respaldo documental para embasar a reivindicação de seu reconhecimento como comunidade quilombola. De acordo com Moraes (2012), o processo de reconhecimento da comunidade foi iniciado em 2000 e a ação teve como consequência o “resgate” em suas duas formas: territorial e identitária.

A comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares e, em maio de 2008, foi oficialmente titulada pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará), compreendendo um total de 68,7834 ha. O novo nome da comunidade surgiu da necessidade em atribuir um nome para associação a ser criada, tendo sido escolhido Macapazinho em função de um loteamento próximo denominado Macapá (FRIAES,

² Acevedo e Castro (1999) enfatizam que a situação de comunidades como a de Macapazinho, que se encontram fora dos processos políticos sobre o direito ao território ocupado por seus antepassados, se deve ao fato da dispersão dentro do movimento camponês e do seu desconhecimento das especificidades das raízes históricas que caracterizavam estas comunidades.

2015).

Atualmente, Macapazinho conta com um total de 50 famílias residindo na localidade que, em sua grande maioria, vivem das atividades de agricultura, principalmente produção de hortaliças e em menor escala fruticultura e roças de mandioca, além do extrativismo do açaí.

3. Os laços familiares e as redes de parentesco em comunidades tradicionais do campo

Em muitas comunidades tradicionais, o principal elemento estruturador da sua organização são as relações familiares e de parentesco, uma vez que é a partir do estabelecimento dessas relações humanas, de indivíduo para indivíduo, que se constrói uma herança cultural comum. Para Wagley (1988) *apud* Nahum (2011) essas relações determinam os aspectos como os habitantes ganham a vida, educam os filhos, trocam conhecimentos, cultivam a terra, trocam produtos e realizam ajudam em momentos de necessidade.

Segundo Comerford (2003), o termo família é ambíguo na medida em que depende do contexto em que é aplicado e da amplitude que lhe é dada. Aqui utilizou-se o conceito de família nuclear, composta por pai-mãe-filho(s) (CHAYANOV, 2014; WOLF, 1976) e de grupo familiar extenso, que consiste em uma coresidência e/ou em uma economia doméstica comum (FORTES, 1974). Esse autor diz ainda que essas duas situações podem ser temporárias ou alternativas para a ausência de um dos três recursos básicos da reprodução social (terra, trabalho e capital) – para filhas ou filhos casados ou com uniões consensuais que habitam com os pais provisoriamente.

Nas sociedades camponesas, essas relações de parentesco e afinidades são concebidas por laços sociais, sentimentais e simbólicos. A família e a solidariedade são a estrutura central das relações humanas que produzem sentimentos e valores sobre os quais se baseia a reciprocidade (SABOURIN, 2005). De uma maneira geral, o rural brasileiro possui estruturas pautadas na reciprocidade, sendo estas associadas à ajuda mútua, podendo-se citar: prestação de ajuda cotidiana, que ocorre dentro da família nuclear ou extensa, que é definida pela realização de uma “obrigação” devido uma relação social; prestações mútuas de trabalho entre famílias associadas, como fornecimento de alimentos; prestações de trabalho que reúnem os conjuntos familiares da comunidade ante

aos trabalhos coletivos, podendo ser direcionado para uma só família por vez, podendo beneficiar todas as famílias do grupo ou para a comunidade, manutenção e (ou) gestão dos bens comuns (SABOURIN, 2011).

Queiroz (1973) *apud* Moraes (2012) enfatiza que em comunidades tradicionais, onde a produção depende majoritariamente da mão-de-obra familiar, não raro faz-se necessário recorrer constantemente às relações de parentesco, vizinhança e amizade para satisfazer as necessidades do núcleo familiar. Pela importância que as relações de ajuda mútua, principalmente a de parentesco, assumem na comunidade de Macapazinho, optou-se pelo uso dessa teoria da reciprocidade para compreender as relações de parentesco e as dinâmicas sociais internas dessas famílias.

3.1. As famílias e as relações de parentesco em Macapazinho

Macapazinho é uma comunidade cuja economia é baseada na agricultura, principalmente na produção de hortaliças e mandioca, e no extrativismo, sendo o desenvolvimento destas atividades pelas famílias bastante dependente das relações de parentesco que estabelecem entre si. Na comunidade existem quatro núcleos familiares centrais: Família Souza, Família Borges, Família Ferreira e Família Santos. A ligação entre essas famílias estabelecida através de casamentos e de redes de relações de compadrio e amizade são as responsáveis pela estruturação do grupo social local (MORAES, 2012).

Dos oito entrevistados constatou-se que cinco destes interlocutores descendiam do mesmo núcleo familiar. Os Ferreira de Souza, fruto da união de Maria Celes de Deus Ferreira de Souza (descendente da junção das famílias Ferreira e Souza) e Felipe Borges (Família Borges), constitui-se no núcleo familiar mais extenso de Macapazinho. Já os demais entrevistados integram os demais núcleos familiares influentes da comunidade e estabelecem com o núcleo Ferreira de Souza fortes relações de afinidade.

Pela sua importância tanto na formação histórica como na realização das atividades coletivas e organização política da comunidade, decidiu-se concentrar a narrativa nas relações de parentesco da Família Ferreira de Souza. Buscou-se nessa narrativa apresentar como se dão as relações que regem a organização intradoméstica e as relações interdomésticas com os demais grupos.

A Figura 1 mostra a configuração dessa família. Dona Maria Celes e Seu Felipe Borges tiveram nove filhos, sendo sete deles representados no fluxograma (MORAES, 2012)³. A pesquisa se concentrou em cinco membros da família, sendo eles: Alaílton Ferreira de Souza, Amilton Ferreira de Souza, Jucirene Ferreira de Souza, Maria de Lourdes Souza Corrêa, Valdemir de Souza Corrêa (Filho de Maria de Lourdes e Juliano de Mendonça Corrêa). Além dessas, observou-se dois grupos domésticos distintos, tanto quanto sua organização interna, como a sua relação com os demais entrevistados pertencentes à sua família extensa. Estes grupos domésticos são: família da Sra. Jucirene e Sr. Nelson (“Nerci”) e a família da Sra. Maria de Lourdes e o Sr. Juliano.

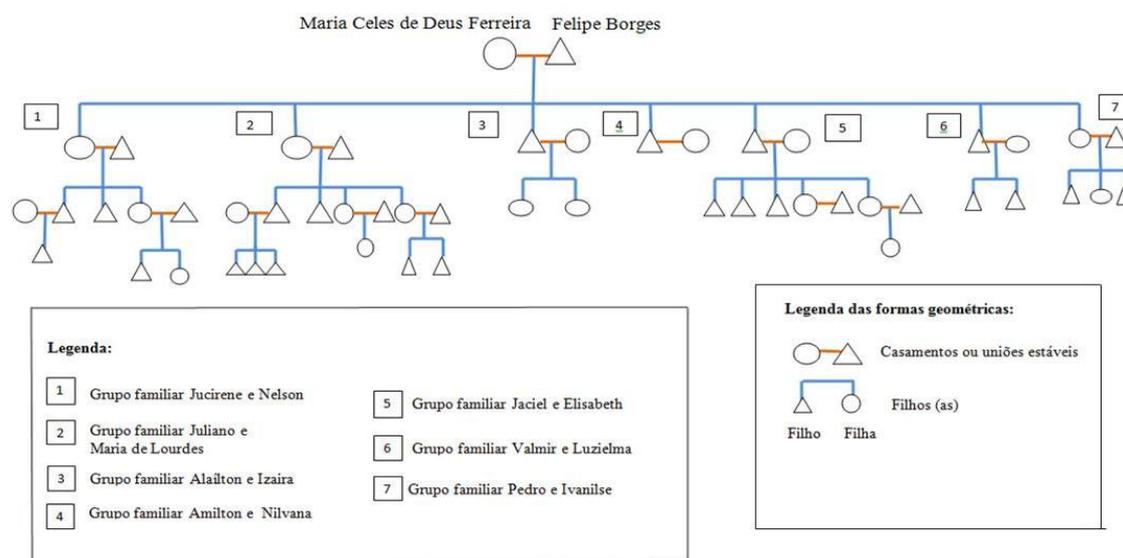


Figura 1: Fluxograma de descendência da família de Maria Celes e Felipe Borges.

Fonte: Adaptado de MORAES (2012) e dados de pesquisa de campo (2018).

Seu “Nerci” e dona Jucirene tiveram três filhos e, destes, dois já são casados e possuem seu próprio núcleo familiar. Embora esses filhos já tenham constituído suas famílias, as relações de ajuda mútua acontecem de forma constante no convívio da família, uma vez que os filhos ainda não conseguiram terra própria (preferem que seja na comunidade onde está sua família próxima e parentes) e decidiram estabelecer-se inicialmente no lote dos pais. Em geral, o acesso à terra na comunidade se dá por

³ Os filhos não representados, não foram mencionados pelos interlocutores. Apesar desta ausência, a família e seus descendentes formam a base da comunidade.

processos de repasse de patrimônio e herança e, por esse motivo, a limitação de terras é um fator determinante na escolha das famílias novas em adotar essa estratégia de desenvolver trabalhos em conjunto com os pais.

Sendo assim, este grupo doméstico se caracteriza por ser formado por três núcleos familiares que se encontram em diferentes fases do ciclo de vida da família⁴, núcleos estes que compartilham uma economia doméstica comum, refeições conjuntas e que desenvolvem as atividades produtivas também de forma conjunta. As formas de relação e de composição dessa família a caracteriza como uma família extensa onde, conforme destaca Wolf (1976), consiste em um grupo familiar que agrupa em uma única estrutura (nesse caso a economia doméstica comum) um certo número de famílias nucleares.

De uma maneira geral, essa situação observada na família de seu “Nerci” e dona Jucirene, de convívio com filhos que já constituíram seus próprios núcleos familiares, é relativamente comum na comunidade, tendo sido observada também por Moraes (2012). Os motivos que levam à manutenção dessa forte relação podem estar relacionados a vários fatores, tais como: falta de espaço para morar; a necessidade de dividir tarefas, como cuidar das crianças pequenas ou pessoas idosas; ou a necessidade de mão-de-obra para a realização das atividades agrícolas.

Ao analisar a relação intrafamiliar dessa família extensa de seu Nelson e dona Jucirene nota-se que a presença dos dois núcleos familiares dos filhos influencia diretamente no funcionamento do estabelecimento agrícola. As famílias moram em casas separadas dentro do mesmo lote – a casa do pai e da mãe no centro, ladeada pelas dos filhos –, mas é a casa dos pais o ponto central das dinâmicas diárias. Isso vai ao encontro do que ressalta Woortmann (2004), quando menciona que a escolha do local de habitação perto de familiares [neste caso da casa dos pais] é fundamental para o funcionamento destes grupos domésticos; “o ter com quem contar” é essencial para o estabelecimento e consolidação dos núcleos familiares (principalmente para aqueles que estão no início do ciclo de vida), sendo este círculo familiar uma peça-chave para o fortalecimento das redes de solidariedade estabelecidas entre eles.

⁴ De acordo com Chayanov (1923) *apud* Costa (2014), ao longo do seu ciclo de vida ou de formação as famílias passam por diferentes fases, nas quais as capacidades de trabalho e consumo variam de acordo com a faixa etária dos membros da família.

Nesse sentido, Chayanov (2014), reafirmado por Garcia Jr (1983), ressalta a importância da dimensão e composição da família como um fator determinante da dinâmica interna de trabalho, tendo reflexo nas relações de cooperação e solidariedade. Esse fenômeno pode ser percebido na interação que os núcleos familiares estabelecem para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas por este grupo doméstico e na distribuição e práticas que realizam em conjunto (Quadro 1).

Quadro 1: Atividades realizadas em conjunto pelos três núcleos da família do Sr. Nelson e Sra. Jucirene.

ATIVIDADES	QUEM FAZ?
Referentes às pequenas criações	Nelson e genro
Referente às atividades domésticas	Jucirene e nora
Referente aos cultivos:	Nelson e genro
Queima	
Adubação e abertura de covas	Isaias, Cleyton, Jucirene e Nelson
Levantar leira	Nelson
Plantio	Isaias, Cleyton, Jucirene e Nelson
Irrigação	Jucirene e Nelson
Capina e colheita	Isaias, Cleyton, Jucirene e Nelson
Referente às atividades de carvão vegetal	Nelson, Jucirene, genro
Referente às atividades de beneficiamento e processamento	Isaias, Cleyton, Jucirene, Nelson, filha, genro, nora

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Dentro destas rotinas conjuntas, as formas de distribuição das tarefas relacionadas às atividades domésticas são intimamente influenciadas pelas relações estabelecidas entre esses núcleos familiares. As atividades referentes à casa estão a cargo das mulheres havendo, no entanto, certas atividades domésticas que ficam a cargo exclusivamente da nora da Sra. Jucirene, tais como cozinhar e fazer a limpeza geral da casa.

Em seus estudos Woortmann (2004) observou que em residências baseadas na patrilocalidade, a mulher ao casar-se, sai de sua casa de origem e passa a residir na casa dos pais do marido ou a ter uma relação muito próxima com a família do conjugue, sendo esta subordinada à autoridade da sogra. Isso parece ser o que acontece nessa família, pois

apesar de não residir na casa dos pais do marido, o fato de morarem no mesmo lote, ao lado da casa dos sogros, faz que a nora estabeleça com a sogra uma relação de hierarquia.

Silva (2006) enfatiza que todas as famílias possuem algum grau de hierarquia, entretanto, os membros das famílias tendem a ter funções definidas pela própria unidade familiar. No entanto, mesmo que haja, na prática, uma espécie de obrigação moral da nora realizar algumas das tarefas domésticas na casa dos sogros, a realização dessas tarefas não é vista como uma obrigação de fato, sendo classificada como “ajuda”, conforme destaca Dona Jucirene:

Ela [nora] vem aqui “ajudar”, quando eu preciso ir lá em Santa Izabel comprar alguma coisa, ela vem e faz as coisas. E quando eles [casal] precisam cozinhar alguma ou deixar o menino [neto] com a gente, a gente também “ajuda”.

Os núcleos familiares de pais e filhos são parceiros constantes em diversos tipos de atividades, seja nas de produção agrícola ou nas tarefas diárias, o que minimiza os problemas de mão-de-obra quando, eventualmente, um ou outro membro da família precisa se ausentar para realizar trabalhos fora do lote. Essas ausências, contudo, não são feitas de forma aleatória, visto que nas atividades que requerem o máximo de trabalho disponível todos os membros da família estão presentes e se prontificam a participar. Isso pôde ser observado, por exemplo, nas atividades de processamento e beneficiamento da mandioca (farinhada) e na colheita da horta.

A família é ao mesmo tempo o espaço por excelência da intimidade e a unidade básica da solidariedade, da confiança e da ajuda mútua (COMERFORD, 2003). Esses valores podem ser evidenciados no comentário do seu “Nerci”. Quando perguntado quem costuma desenvolver certas atividades como a farinhada, preparo de área e outras atividades para os ciclos agrícolas, ele responde:

[...]A família toda faz, eu termino uma coisa e o Isaias (filho) começa a fazer outra, ou quando o Isaias termina, a mulher (esposa), ajuda em outra coisa. Todo mundo faz um pouco, todos se ajudam. A mesma coisa é com o forno: quando eu canso, um dos meninos toma o meu lugar torrando a farinha, ou vou cortar lenha, um deles fica mexendo a farinha [...].

Por essa fala é possível depreender que os laços de parentesco são a base das relações de cooperação mútua das quais a família se utiliza, relações estas que englobam muito mais do que os aspectos econômicos de compensação de mão-de-obra. Polanyi (2000) **apud** Woortmann (2004) menciona que o princípio da reciprocidade se afirma pela rejeição do negócio (dinheiro), ainda que nada seja trocado. É a consideração, o prazer do trabalho, o reconhecimento social, os incentivos habituais, os valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha que são importantes, uma vez que refletem sobre os sentimentos de pertencimento e de confiança (SABOURIN, 2005).

Os níveis de reciprocidade observados na família do Sr. Nelson e Sra. Jucirene podem ser entendidos em dois patamares de relacionamento: um intrafamiliar, composto por uma relação direta com o núcleo da família compreendido por eles (marido “pai”, mulher “mãe”, filhos, genro, nora, netos); e outro interfamiliar constituído pelos irmãos da senhora Jucirene, sobrinhos, primos, cunhados, compadres e comadres.

Observando esta família a partir de suas relações em níveis interfamiliares, observa-se que as relações de parentesco, apesar de não terem a mesma expressividade de acessos que as intrafamiliares, desempenham papel importante para a manutenção dos diferentes núcleos famílias (trocas de mudas, sementes, intercâmbio de informações, dentre outros). Essas relações interfamiliares extrapolam, ainda, os níveis de consanguinidade e se ampliam para as relações de amizade e vizinhança, demonstrada pela influência que esta família desempenha na comunidade (mobilização política, articulação com ONGs, Instituições de ensino e Pesquisa).

No que tange à relação familiar, especificamente àquela interfamiliar, dona Jucirene e seu “Nerci” nutrem uma relação regular com os demais membros da família, como o irmão da dona Jucirene, seu Amilton Ferreira de Souza. Ele, em sua fala, confirma como as relações de parentesco, através do seu convívio com o cunhado, são importantes não só para a definição de suas estratégias familiares, mas também para a comunidade:

Meu cunhado sempre traz muitas informações pra cá, pra comunidade, principalmente de projetos, eu participo do PNAE, e ele [Nelson] sempre tem as tabelas de preço, tudo bem organizado, aí ele fala qual o valor de tudo.

Dona Jucirene e seus irmãos possuem uma dinâmica voltada mais para dentro dos seus próprios grupos domésticos, no entanto, como pôde-se constatar pelo depoimento acima, isso não significa que estejam fechados em sim mesmos. Esse comportamento é reafirmado por Woortmann (1995) ao ressaltar que fazer parte da família implica uma série de compromissos, um sentimento de responsabilidade com grupo, que resulta no oferecimento e o acesso às redes de parentesco. Esse acesso, porém, se dará pelo tipo de evento que irá determinar a intensidade e a frequência, ou seja, essa mobilização se dará em momentos em que a família julgar indispensáveis (MOTA, 2014). No caso da família de Dona Jucirene, a forma como acontece essa mobilização da rede pode ser exemplificada no processo de compartilhamento de mudas que ocorre entre ela e seus irmãos.

[...] Quando a EMATER trouxe umas mudas de banana lá da Bahia pra distribuir aqui, eles disseram que só receberiam as mudas quem tivesse irrigação, porque elas precisavam de muita água. Então quase ninguém na comunidade pegou, só o meu irmão Curió (Jaciel atual vice-presidente da associação), aí ele deu umas mudas pra gente plantar aqui, pra mim e pra outro irmão nosso [...] (Jucirene, 53 anos).

Em Macapazinho é quase impossível não observar a influência exercida por essa família Ferreira de Souza Quando, bem como é difícil desatrelá-la dos papéis de articuladores políticos desempenhados pelos seus membros. Seu “Nerci” foi uma das pessoas atuantes no processo de titulação da comunidade desde os anos de 1980 e, desde então, já desempenhou várias vezes o papel de presidente da associação. Por ocasião da realização das atividades coletivas (mutirões) é muito comum encontrar um, dois ou mais integrantes dessa família na organização dessas práticas, bem como são eles que, na maioria das vezes, são responsáveis pela interlocução com os agentes externos. Seu “Nerci” e sua esposa possuem muitos contatos políticos e institucionais em Santa Izabel e em demais localidades, então quando alguém precisa de alguma informação ou ajuda para conseguir algum serviço na cidade é bem comum recorrer à essa família para conseguir o que precisa.

Questionado sobre como poderia definir essas relações de cooperação mútua que ocorrem no convívio com os demais membros da família da esposa e com os demais habitantes da comunidade, seu “Nerci” fala simplesmente: “[...] *somos todos parentes aqui na comunidade*”. Essa fala demonstra como as relações de parentesco possuem um

papel fundamental na compreensão do sentido de pertencimento que a comunidade construiu e que fortalece a ideia de que todos possuem uma descendência em comum. Neste sentido, Mota (2005) salienta que as interações interpessoais, intra e intergrupos influenciam em como os membros de um grupo em comum se vêem e como vêem os outros.

É possível dizer que em Macapazinho, como em muitas sociedades camponesas, existe uma vasta variedade de arranjos familiares; se por um lado cada estabelecimento possui uma estratégia interna de reprodução, por outro eles têm em comum o fato de valorizarem nessas estratégias a mobilização das redes de parentesco e de vizinhança, pautadas na reciprocidade, como forma de garantir sua reprodução social.

Outro grupo familiar observado foi o da família do seu Juliano e da dona Maria de Lourdes, irmã da dona Jucirene. Dessa união matrimonial nasceram os quatro filhos do casal, duas mulheres e dois homens, sendo que três deles já formaram seus próprios núcleos familiares. Todos os filhos do casal residem na comunidade, em um mesmo lote da família cedido pelos pais e repartido entre os irmãos, fato que é relativamente comum entre as famílias camponesas. Woortmann (1990) destaca, por exemplo, que no início de formação de novas famílias, logo após o casamento o pai doa o chão de roça e o chão de morada, iniciando um novo tempo na dinâmica da família. A relação de proximidade entre esses núcleos familiares é reforçada de forma constante, tanto por visitas diárias, rodas de conversas, troca de comidas, caronas, o que constitui uma teia de relações sociais guiada pela consideração, confiança e respeito mútuos, estimulados no interior desta família.

Mesmo estabelecendo relações próximas com todos os filhos, observou-se que seu Juliano estabelece uma relação de muito maior proximidade com a família de seu filho Valdemir, que atualmente exerce o cargo de presidente da associação da comunidade. Várias práticas produtivas realizadas nos dois estabelecimentos são feitas de forma conjunta entre pai e filho, sendo esta uma estratégia de complementação de trabalho, renda e interação de produtos para o consumo da família (Quadro 2). Sobre essa relação de proximidade com o filho, principalmente na realização de atividades como o preparo da roça, seu Juliano diz:

Não, quem me ajuda é sempre meu filho [Valdemir], quando ele não tá trabalhando, tá aqui ajudando. E quando ele precisa de ajuda pra fazer a roça dele, eu tô lá com ele. Somos só nós dois.

Quadro 2: Práticas realizadas em conjunto pelos núcleos familiares do Sr Juliano e de Valdemir.

ATIVIDADES REALIZADAS EM CONJUNTO	QUEM FAZ?
Referentes aos cultivos: Roçagem, queima levantar leira, destoca, adubação, abertura de covas, plantio, capina, colheita da mandioca, tratos culturais, produção de mudas	Juliano e Valdemir
Molhar	Maria de Lourdes
Colheita horta	Maria de Lourdes e Juliano
Processamento e beneficiamento: Açai e Mandioca	Luzinalva, Maria de Lourdes, Juliano e Valdemir
Tarefas domésticas	Maria de Lourdes e Luzinalva

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Importante destacar que ambos, pai e filho, desenvolvem trabalhos fora do lote: seu Juliano trabalha como vendedor de carnes uma a duas vezes na semana, na própria comunidade, e regularmente como feirante em Santa Izabel, todos os sábados; já seu Valdemir trabalha como pedreiro autônomo na cidade de Santa Izabel. Mesmo que pai e filho trabalhem fora do lote, e exatamente por causa disso, não há uma ruptura na relação de solidariedade existente entre esses núcleos familiares. Cada um acessa essas relações de parentesco sempre que precisam, o que acontece normalmente para o cultivo da mandioca e fabricação de farinha e para a colheita do açaí. Essas são duas atividades que movimentam todos os membros de ambos os núcleos familiares.

Ao analisar as relações de cooperação que ocorrem entre essas duas unidades familiares pode-se perceber que, além do evidente papel dos sentimentos que são gerados a partir das vivências do cotidiano envolvidas pelos laços de parentesco, o fato de lançar mão das relações de parentesco em períodos específicos, como em determinados momentos do ciclo agrícola, se constitui também em uma estratégia de

regulação da quantidade e qualidade da mão-de-obra necessária para garantir o funcionamento dos sistemas de produção e da reprodução da família.

No grupo doméstico do seu Valdemir a limitação de mão-de-obra se expressa muito mais em termos de qualidade do que em quantidade, já que sua família ainda se encontra nas fases iniciais do seu ciclo de vida e seus três filhos ainda não têm idade para fazer parte da mão-de-obra produtiva, participando somente como unidade de consumo. Já na família de seu Juliano, a limitação de mão-de-obra se dá nas duas dimensões, quantitativa e qualitativa, na medida em que conta somente com a mão-de-obra do filho Valdemir disponível. Seus outros filhos não desenvolvem atividades na agricultura: uma de suas filhas se dedica aos trabalhos domésticos; a outra trabalha na cidade de Santa Izabel; e o filho mais novo, com deficiência, desenvolve atividades restritas ao âmbito interno da casa.

Essa limitação referente à escassez de mão-de-obra em ambos os núcleos familiares é minimizada através da contratação de trabalho externo. O fato de possuírem rendas relativamente fixas provenientes de seus trabalhos fora do estabelecimento garantem a essas famílias a possibilidade de contratar mão-de-obra para a realização das atividades dos lotes na ausência de um ou de outro. No entanto, apesar dessa estratégia de contratação de mão-de-obra externa, segundo pai e filho, eles preferem priorizar, sempre que possível, as práticas de ajuda mútua entre as famílias, pois assim, se valendo do “ter com quem contar”, da construção de um “nós”, de um todo, conforme destaca Woortmann (1990), entendem que alimentam dia-a-dia as ideias de responsabilidade, união e consideração.

Os exemplos desses dois grandes grupos familiares mostram a importância que as redes de reciprocidade e, particularmente, as redes de relações de parentesco possuem para garantir não só a realização das atividades produtivas nos estabelecimentos familiares, mas também sua importância enquanto elemento reforçador da identidade e união dessas famílias. Contudo, a relevância dessas redes de parentesco vai para além dos limites do estabelecimento familiar, abrangendo igualmente outras esferas da vida da comunidade.

Muitas das ações que têm sido implementadas na comunidade nos últimos anos por órgãos governamentais estaduais, universidades, centros de pesquisa, ONGs foram

iniciadas e consolidadas a partir da ação das fortes redes de parentesco aí existentes. Em geral, as relações privilegiadas que alguns membros pertencentes a esses grandes grupos domésticos possuem com agentes externos têm sido as responsáveis pela atração dessas iniciativas para a comunidade. Após as negociações com a associação e com os membros da comunidade, muitas vezes, são mobilizadas as diferentes redes, sejam elas de parentesco, vizinhança, amizade, com o intuito de aumentar as chances de sucesso nos processos de implementação e consolidação dessas iniciativas.

Além disso, outra forma de expressão da importância das redes de parentesco, que envolve outras formas de reciprocidade e formas de relações de ajuda mútua e abrange outras esferas da vida da comunidade, é o exemplo da prática social do mutirão. Segundo Sousa (2013), o mutirão é um fenômeno universal que ainda ocorre em muitas sociedades ditas “primitivas”, sendo um traço cultural que exemplifica bem a solidariedade humana. Na comunidade de Macapazinho, de uma maneira geral, pôde-se perceber que essa é uma prática que representa um fator simbólico fundamental de união; esses mutirões se constituem em um dos espaços onde acontecem os encontros diretos entre as famílias.

Foram identificados na comunidade quatro tipos de mobilizações coletivas para a realização de mutirões, sendo elas estimuladas por diferentes tipos de motivações que vão desde para garantir a realização de práticas produtivas, da construção de infraestruturas sociais e de lazer da comunidade, até aquelas ligadas a aspectos religiosos ou políticos (Quadro 3).

Quadro 3 - Elementos caracterizadores das práticas de mutirões na comunidade de Macapazinho.

	Motivação para práticas produtivas	Motivação para infraestrutura e lazer da comunidade	Motivação religiosa	Motivação política
	Preparo de área para recuperação de área degradada	Construção da creche	Organização no festejo da padroeira.	Reuniões da associação quilombola
	Plantio de mudas para o reflorestamento	Limpeza da comunidade		
			Revitalização do campo de futebol	
Famílias que participam regularmente das ações	Famílias: Sr. Nelson Aguiar,	Famílias: Sr. Nelson	Famílias: Sr.	Famílias: Sr. Nelson

coletivas	Sr. Alafilton, Sr. Amilton e Sr. Valdemir.	Aguiar, Sr. Alafilton, Sr. Amilton e Sr. Valdemir.	Nelson Aguiar, Sr. Alafilton, Sr. Amilton e Sr. Valdemir.	Aguiar, Sr. Alafilton, Sr. Amilton e Sr. Valdemir.
Famílias que participam eventualmente das ações coletivas	Famílias: Sr. Juliano e Sra. Samara.	Famílias: Sr. Juliano e Sra. Samara.	Família do Sr. Juliano.	Famílias: Sra. Edinalva, Sr. Juliano e Sr. Aurélio

Fonte: Adaptação SOUSA (2012) e dados de campo (2018).

De acordo com as informações de campo, os mutirões são realizados com uma frequência semanal, todas às segundas-feiras, sendo combinado previamente com os moradores da comunidade para verificar quem pode participar da ação coletiva. Essa consulta acontece para todas as formas de mutirão, mas ela é particularmente importante quando se trata de mobilizações cuja motivação está ligada à construção ou manutenção das infraestruturas sociais da comunidade. Tal fato pode ser verificado no depoimento do seu Valdemir de Souza Corrêa, atual presidente da associação de moradores:

[...] Todas as segundas-feiras são realizados mutirões na comunidade para fazer a limpeza da rua, rebaixar o mato. Normalmente, as pessoas na comunidade não trabalham nas segundas, ou trabalham meio dia na sua horta ou outras produções, [...] normalmente, depois dos mutirões acontecem almoços coletivos: cada um traz um pouco de comida ou ingredientes para as mulheres cozinharem. Mas, os mutirões são feitos também quando a comunidade precisa de alguma infraestrutura, como a creche que tá sendo levantada. Tudo isso é uma forma de fortalecer os laços e de manter a comunidade unida.

É possível constatar que essas formas de ajuda mútua desenvolvidas na comunidade não apresentam nenhum tipo de cunho econômico e possuem dois papéis claros: o primeiro, de sanar um problema comum dos membros da comunidade; e o segundo, bem mais amplo, de garantir a manutenção das relações de cooperação, ambos enfatizados no vínculo de solidariedade. É possível também perceber pelo Quadro 3 a presença marcante das relações de parentesco na efetivação dos mutirões. Quatro núcleos familiares, que fazem parte dessa família extensa onde estão inseridas as famílias do seu

Nelson e do seu Juliano, são os que participam mais regularmente dos mutirões. As demais famílias também participam, mas escolhem participar de maneira mais eventual em uma ou outra atividade que se apresente, conforme sua disponibilidade.

Da mesma forma acontece, para outras atividades sejam elas de lazer ou de cunho religioso ou organizativo. Os dias de lazer “programados” internamente pela comunidade são extremamente valorizados, podendo ser festas de aniversário, jogos de futebol, festividades de santo ou até mesmo as pequenas reuniões em frente as suas casas. Mas, o tempo de descanso e de convívio orientam os valores comuns e enaltecem o sentimento de solidariedade e cooperação mútua, conforme mencionam os irmãos Amilton Ferreira de Souza e Alaílton Ferreira de Souza:

[...] Um dos últimos mutirões feitos na comunidade foi para reformar o campo de futebol, agora todas as sextas-feiras depois dos trabalhos na horta, por volta das 17:00 da tarde, homens e mulheres, jovens, crianças e idosos se reuniam para assistir e jogar bola. Às vezes se joga apostando, outras só para se divertir, mas muita gente se reúne para compartilhar de alguma forma daquele momento (Alaílton, 44 anos).

[...] Muitas pessoas de fora, de comunidades vizinhas, passam aqui na frente e olham todos reunidos, comendo, rindo, e perguntam se a gente não trabalha! Dizem que somos preguiçosos, mas aqui, nós temos o nosso tempo (Amilton, 46 anos).

Em Macapazinho os tempos para o lazer, os tempos para os trabalhos coletivos e os tempos para os trabalhos da família estão estabelecidos nas redes de relações através de normas não escritas, que definem o modo de vida da comunidade, reafirmando a sua identidade e tendo na manutenção dessas relações o seu alicerce. Isso pode ser observado no que diz seu “Nerci”:

[...] Às vezes, quando tem jogo no fim de semana, ou alguma festa na comunidade, no dia seguinte, as pessoas se reúnem lá no centro da comunidade, pra jogar conversa fora, cada um leva o que sobrou da comida do dia anterior, ou se junta pra fazer um almoço. A gente faz a

mesma coisa quando é dia de mutirão, depois dos trabalhos todos sentam juntos pra almoçar, jogar conversa fora [...]

Para os habitantes de Macapazinho, refeições coletivas e horas conversando é um ritual muito importante da intimidade cotidianamente construída entre os vizinhos, amigos e parentes. Woortman (2013) discorre que comer é um ato social e não privado, é uma prática que designa confiança e respeito, “compartilhar o pão, compartilhar uma identidade”. Não são ações expressas somente com familiares de um mesmo grupo doméstico, mas entre todos aqueles que fazem parte de um todo na comunidade.

Do grande conjunto de elementos observados sobre as relações de parentesco na comunidade de Macapazinho, entende-se que essas relações são fundamentais para o funcionamento do território. É a partir desses vínculos humanos que se orienta o cotidiano desses habitantes, uma vez que a terra sendo de uso comum faz com que as famílias mantenham uma forte rede de cooperação. Mesmo que membros da comunidade saiam para desenvolver trabalhos externos, a comunidade como ente social mantém-se unida. Silva (2006) reforça essa noção mencionando que a coesão perpassa pela ideia de que os membros de uma família ou comunidade se veem como um todo, intimamente conectados.

Um aspecto importante é que essas relações de parentesco extrapolam até mesmo os limites do território em si. O fato de ter uma identidade étnica, de ser quilombola, é uma característica que estabelece um elo em comum com as demais comunidades negras circunvizinhas e se reflete nas trocas de informações e uniões matrimoniais. Além disso, é através dessas relações que a comunidade de uma maneira geral tem possibilidade de reivindicar ou acessar serviços públicos ausentes em seu território, ou mesmo que tem a possibilidade, através dos seus membros-chaves que pertencem às grandes famílias, de estabelecer contato com órgãos estaduais, ONGs, institutos de ensino e pesquisa, influenciando diretamente a qualidade de vida das famílias locais.

4. Considerações finais

A partir dos resultados buscou-se mostrar a fundamental importância que as relações de parentesco, tanto no nível intra como interfamiliar, exercem em comunidades como essa com as características de Macapazinho que, apesar de serem comunidades

tradicionais quilombolas, sofrem toda a pressão da proximidade de centros urbanos. É interessante observar como a comunidade faz frente a possíveis processos de desestruturação a que estão expostos, justamente por estarem próximos aos centros urbanos, procurando manter seu modo de vida e suas tradições a partir da manutenção e reforço dessas redes de relações de parentesco e de reciprocidade.

Na comunidade estudada a conservação das ações coletivas firma-se nas relações de parentesco nos diversos âmbitos da vida social dessas famílias, sendo a troca de mão-de-obra, o mais usual no ambiente doméstico das unidades familiares e os mutirões de infraestrutura (escolas, creches, salões) limpeza e manutenção dos recursos comuns uma interação direta com as demais famílias do território. Schmitz (2017) destaca que nas comunidades tradicionais o importante nesses círculos sociais é o lugar de cada um e o seu pertencimento ao grupo.

Assim, as dinâmicas sociais referentes às relações de parentesco fazem-se de grande importância, pois, por ser uma comunidade que tem sua economia pautada na agricultura, as redes de troca de serviços, sementes, alimentos e mão-de-obra fundamentam a sociabilidade da comunidade. Toda ação coletiva no território seja ela voltada para o núcleo familiar ou para a manutenção dos bens comuns, possui ligação com os laços de parentesco, emergindo através da reciprocidade estimulada pelos valores humanos construídos ao longo das vivências diárias na comunidade.

Referências bibliográficas

ACEVEDO, R. E. M; CASTRO, E. M. R. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-Pa, v. 2, 1999.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In:

CARVALHO, H. M. de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo. Expressão popular. 2014. 304 f.

COMERFORD, J. C. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: relume-dumará, 2003.

COSTA FILHO, A. **Quilombos e povos tradicionais**. Gesta-UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível na internet: Acesso em 15 de setembro de 2018.

COSTA, A. F. de. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CARVALHO, H. M. de. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo. Expressão popular. 2014. 304 f.

FORTES, M. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1974. p. 1-9.

FRIAES, T. M. **Transformações no uso do território e nas relações identitárias na Comunidade Remanescente de Quilombo de Macapazinho – PA**. 2015. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura plena em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém –Pa, 2015.

GARCIA JUNIOR, A. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. 2. p.236.

MACIEL, A. F. N. **Estrela**: uma comunidade quilombola em Pernambuco.. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa De Pós-Graduação em Antropologia, 2012.

MORAES, A. J. **Caminhos da produção**: relações econômicas e políticas na comunidade quilombola de Macapazinho. Dissertação (mestrado em Antropologia). Belém, Universidade Federal do Pará, 2012.

MOTA, D. M. Família e grupos domésticos na Amazônia Paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, V.31, n.2, p. 289-314, maio/ago. Brasília, 2014.

MOTA, D. M. Tessituras metodológicas. In: **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**: os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005, Cap. 8. 243 – 246.

NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, p. 79-103, 2011.

OLIVEIRA, J. B. de. **Território e Políticas de ação afirmativa para remanescentes quilombolas na Amazônia:** Programa Raízes e Pará Quilombola nas comunidades de Itacoã-Miri e Guajará-Miri. 2013. 118f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém – Pa, 2013.

SABOURIN, E. **Sociedade e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2011. 272 f.

SABOURIN, E. Organizações dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SBS, 2005.

SILVA, S. S. C. (2006). **Estrutura e dinâmica das relações familiares de uma comunidade ribeirinha da região amazônica.** Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília-DF. 2006.

SOUSA, E. R. de. **Estudo das práticas de mutirão:** transformações no conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, estado do Maranhão. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará.

SOUSA, G. S. de; PEZZUTI, J. C. B. Breve ensaio sobre a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais amazônicas. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 111-126, out. 2017. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4313>>. Acesso em: 20 jul. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i2.4313>.

SCMITZ, H; MOTA, D. M; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.** Ciênc.vol.12, n.1, pp.201-220. ISSN 1981-8122. 2017.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1976.

WOORTMANN, E. **A comida como linguagem.** Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.

WOORTMANN, K; Woortmann, E. **Monoparentabilidade e chefia feminina. Conceitos,**

“Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Izabel-PA

GUIMARÃES, Jamilly Brito
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

Contextos e Circunstâncias. Série Antropológica. N 357. Brasília, 2004.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres; colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo: Hucitec, 1995, 336 p.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia; o campesinato como ordem moral.** Brasília, UnB, 1990, (Anuário Antropológico, 87).